

---

**A obra o Ceará e o cearense numa perspectiva não cigana.**

**The work Ceará and Ceará from a non-gypsy perspective.**

---

**Luana Maria Sousa Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7573-8285>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil.

Email: [luanamss@aluno.uespi.br](mailto:luanamss@aluno.uespi.br)

**Janaína Alvarenga Aragão**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7146-2718>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil.

Email: [janainaalvarenga@pcs.uespi.br](mailto:janainaalvarenga@pcs.uespi.br)

**Maria da Vitória Barbosa Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6676-8563>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil.

Email: [mariavitoria.lima@srn.uespi.br](mailto:mariavitoria.lima@srn.uespi.br)

**Luciano Silva Figueirêdo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6564-2720>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil.

Email: [lucianosilva@pcs.uespi.br](mailto:lucianosilva@pcs.uespi.br)

---

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os povos ciganos na perspectiva de Antônio Bezerra Menezes, citados num conjunto de artigos que foram publicados na obra *O Ceará e o cearense* no ano de 1906. A pesquisa é de cunho bibliográfico realizada a partir de livros, revistas, artigos científicos, monografias, dissertações e teses. Para compreender a realidade cigana e sua complexidade o estudo em questão teve como referências teóricas a literatura internacional e nacional onde predominou por muito tempo no meio acadêmico e popular o olhar não cigano, pautado em filosofias etnocêntricas, limitadas e reducionistas contribuindo, muitas vezes, para eternos estereótipos e invisibilidade. Desse modo, apesar dos desafios de inclusão é possível observar alguns avanços, mesmo que lentos, na óptica do direito e busca por igualdade, isso foi possível devido a organização de movimentos sociais que buscam a garantia dos direitos do povo cigano diariamente.

**Palavras-chaves:** Anticiganismo; Estereótipos; Povos invisíveis; Povos ciganos; Políticas ciganas.

---

## ABSTRACT

This article aims to reflect on gypsy people from the perspective of Antônio Bezerra Menezes, cited in a set of articles that were published in the work *O Ceará e o cearense* in 1906. The research is of a bibliographic nature carried out from books, magazines, scientific articles, monographs, dissertations and theses. To understand the gypsy reality and its complexity, the study in question had as theoretical references international and national literature, where the non-gypsy perspective predominated for a long time in academic and popular circles, based on ethnocentric, limited and reductionist philosophies, often contributing to eternal stereotypes and invisibility. Thus, despite the challenges of inclusion, it is possible to observe some progress, even if slow, from the perspective of law and the search for equality. This was possible due to the organization of social movements that seek to guarantee the rights of the Roma people on a daily basis.

**Keywords:** Antigypsyism; Stereotypes; Invisible people; Gypsy people; Gypsy policies

---

## INTRODUÇÃO

Cigano é um termo construído através do olhar não cigano, difundido do ocidente ao oriente. Apesar da ressignificação ao longo do tempo, ainda é evidenciado no cotidiano conceitos enraizados de estereótipos e preconceitos no imaginário coletivo da sociedade predominando geralmente um olhar etnocêntrico. De maneira metafórica os ciganos seriam uma colcha de retalhos. A colcha seria o universo cigano representado de forma generalizante e os retalhos os subgrupos e suas singularidades e subjetividades (Rezende, 2000). O olhar superficial referente à temática cigana no imaginário da sociedade é, quase sempre, através da perspectiva do não cigano, tais generalizações são perceptíveis na criação e perpetuação dos estereótipos ciganos desde suas vestimentas, de forma exótica e colorida, ao modo de vida nômade, além das disseminações de lendas e pragas pecaminosas que desde a Idade Média até a atualidade estão enraizadas na sociedade ocidental (Moonen, 2011).

Tanto no meio acadêmico quanto no senso comum os escritos do passado referente ao povo cigano remetem, geralmente, a homogeneização, dessa maneira na literatura é evidenciado o silêncio da perspectiva do olhar dos próprios ciganos. Quando fazemos um recorte para o Brasil é notável que os estudos sobre os ciganos ainda estão em fase de expansão, no entanto, quase sempre, foram tratados como povos invisíveis, tendo seus direitos negligenciados pelo Estado.

Tal invisibilidade pode ser sentida em diversas áreas, podendo ser exemplificada pelo fato de até o corrente ano o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE não incluir dados sobre os povos ciganos de forma específica. Apesar dos desafios de inclusão é possível observar alguns avanços, mesmo que lentos, na óptica do direito e

busca por igualdade, isso foi possível devido a organização de movimentos sociais ciganos que buscam a garantia dos direitos do povo cigano diariamente. Os ciganos são parte do nosso país e por isso têm seus direitos garantidos por lei e lutam pela inserção de políticas ciganas (Santos, 2021).

Para justificar os constantes deslocamentos dos cearenses, Antônio de Bezerra, encontra argumento no suposto “sangue” cigano presente na formação social do cearense, um olhar reducionista, uma vez que não considera outras possibilidades que constituíam a realidade da época. Além disso, após a leitura da obra é nítido, que para o autor, os negros são irrelevantes na formação social do Ceará predominando o mito das três raças: ciganos, europeus e indígenas. Vale ressaltar que, apesar dos limites dos estudos do cearense, existe uma breve reflexão sobre os ciganos, mesmo que seja de acordo com as concepções limitantes e etnocêntricas da época.

Nesse sentido, foi realizada uma reflexão sobre o olhar não cigano inserido na obra o Ceará e o cearense de Antônio Bezerra Menezes publicada no ano de 1906. A pesquisa é de cunho bibliográfico/documental (Gil, 2008) realizada através de livros, revistas, publicações em periódicos, monografias, dissertações e teses nos últimos quarenta anos buscando observar os limites, possibilidades e lacunas do tema em questão, não realizando apenas uma repetição do que já foi produzido.

## OLHARES NÃO CIGANOS

Conforme Frans Moonen na obra *anticiganismo: os ciganos na Europa*, publicado no ano de 2013, os primeiros indícios do termo cigano apontam a associação entre a suposta origem do povo de pele escura que teriam vindo da margem do Egito, assim, receberam a nomenclatura ciganos, que sugere a forma reduzida da palavra egípcia. Na França ficaram conhecidos como *gitan*, *romanichel*, *manouches* ou *boémiens*. Na Espanha predominou o uso do termo *gitano*. Em terras portuguesas foram chamados de ciganos. Já na Holanda e na Alemanha ficaram conhecidos popularmente como *zigeuner*. Em outras partes da Europa, como na parte eslava, eram chamados de *tsigan*, o vocábulo, vêm da palavra grega *athinganos*, que designa pagãos. Dessa forma, o uso do termo *tsigan*, não foi associado à suposta origem egípcia, mas, ao estereótipo pecador difundido pela Igreja Católica ao longo da Idade Média. É importante ressaltar que algumas vezes o uso do termo cigano pode ser ofensivo, uma vez que este pode estar associado a

adjetivos pejorativos como: ladrões, vagabundos, feiticeiros e errantes, sendo assim inferiorizados desde os primeiros contatos entre ciganos e não ciganos.

A respeito do etnocentrismo, que emerge através do olhar do outro, conforme o pensamento do etnólogo Eduardo Viveiros de Castro existe uma tendência humana universal ao tomar o próprio grupo como exemplo acabado da humanidade tomando, muitas vezes, os demais coletivos humanos, outras culturas, povos e sociedades, como exemplos menos perfeitos da sua humanidade caracterizado como etnocentrismo. Em suas pesquisas com os ameríndios na Amazônia, o mesmo autor, faz uma observação pertinente, a qual afirma que na literatura é comum o uso de palavras geralmente pejorativas, visto que há uma repetição do olhar sobre os outros e não sobre quem está na posição de sujeito (Viveiro de Castro, 2002).

Sobre a suposta linhagem do povo cigano Cristina Pereira na obra intitulada: *Os ciganos ainda estão na estrada*, do ano de 2012, afirma que não existe consenso em relação à origem e dispersão dos ciganos pelo mundo.

Ian Hancock (1987) defende que os ciganos descendem de uma casta de guerreiros, os *Rajputs*, que foram trazidos para a Europa contra sua vontade, e foram forçados a exercer certo tipo de ocupação de serviço, por exemplo, metalurgia pelos quais são conhecidos na Europa. Devido à escassez de documentos não se sabe o que de fato motivou o deslocamento dos ciganos, no entanto, pesquisas afirmam que foi um processo heterogêneo visto que, no final do século XV, os ciganos faziam parte do cotidiano da sociedade europeia. Dessa forma, as motivações da dispersão são incertas, não há nada comprovado cientificamente, são apenas suposições (Moonen, 2016).

De concreto, em comum acordo, diversos autores datam meados do século XV na Europa ocidental como o período no qual ocorreram as primeiras ondas migratórias. Segundo os relatos dos cronistas da época os ciganos eram descritos como viajantes exóticos de pele escura, horríveis e com costumes desagradáveis. Na Alemanha eram vistos como errantes, ladrões e feios. Os cronistas e populares informavam que o nomadismo era uma forma de castigo por não terem aceitado a fé cristã. De imediato foram recebidos com entusiasmo, mas depois de alguns anos a relação se tornou hostil.

Um cronista alemão da época, o frade Körner, informa que veio do Leste um “grande número” de indivíduos errantes (cerca de 300), antes nunca vistos. Inicialmente apareceram em Lüneburg, visitando depois as ricas cidades marítimas de Hamburg, Lübeck, Rostock, além de outras. Segundo o frade, estes indivíduos estranhos viajavam em bandos e pernoitavam fora das cidades, ao ar livre; eram feios, pretos como os Tártaros e se chamavam Secani. Eram liderados por um conde ou um

duque, aos quais obedeciam; eram grandes ladrões, em especial as mulheres, e vários deles foram presos e mortos. Körner informa ainda que eles portavam salvo-condutos fornecidos por reis, principalmente de Sigismundo, rei da Hungria e posterior Imperador do Santo Império Romano (Moonen, 2013, p. 24).

Moonen (2011) afirma que possivelmente foram criadas estratégias de sobrevivência, dentre elas a divisão do grupo. A primeira onda migratória cigana foi constituída de indivíduos com salvo-condutos, espécie de passaporte da atualidade. No entanto, a prática constante de falsificações de títulos de nobrezas e salvo-condutos foram se espalhando por toda Europa e conseqüentemente tais documentos foram ficando cada vez mais desacreditados. Os ciganos em seus primeiros relatos também eram percebidos como estranhos peregrinos:

a) eram estrangeiros exóticos, de outra “raça” desconhecida e de uma terra longínqua e misteriosa (“Pequeno Egito”); (b) não se dirigiam a um santuário específico ou à Terra Santa, mas vagavam a esmo pelo Europa, aparentemente sem destino, viajando de um santuário a outro, na medida em que descobriam a sua existência; (c) não se tratava de penitentes ou peregrinos individuais, mas de grupos grandes, de dezenas ou centenas de pessoas (Moonen, 2013, p.27).

Os ciganos, assim como outros povos diferentes dos europeus, causaram certo espanto entre a população europeia que não sabia como defini-los, pois não eram cristãos, muçulmanos ou judeus além disso, não tinham um país de origem (Hancock, 1997). As gerações seguintes, nascidas em terras europeias, sofreram perseguições mais severas devido ao fato de os salvo-condutos perderem o seu valor e o modo de ser cigano tornar-se, cada vez mais, um incômodo para a sociedade. A relação entre ciganos e não ciganos de início amigável e curiosa foi transformada em uma questão de perseguição (Cressy, 2018).

Logo, sem saber como, a desconfiança começou a reinar neles. Da falta de confiança às reclamações. Os juizes iniciam a instauração de processos criminais em que resultam declarações gravíssimas contra os ciganos. De todos os lugares são acusados dos seguintes crimes: furto de gado, animais domésticos e aves; desaparecimento de crianças; espionagem por levar cartas e notícias para o acampamento dos mouros, ou por ter colocado o inimigo em segundo plano sobre segredos da guerra; traição e conspiração contra a pátria; incêndio criminoso de fazendas, fazendas e lavouras; assassinato de viajantes; bruxaria, exercício de magia negra e feitiços ou mau-olhado; envenenamento, etc... Muitas testemunhas depõem, afirmando que os ciganos têm um pacto com o diabo; que não cumprem os preceitos da Igreja; que amaldiçoam a Deus, a Virgem e os santos; que põem em prática feitiços e adivinhações; que foi visto ali no fundo de uma caverna, no brilho avermelhado de uma forja, um pássaro de forma estranha, que deveria

ser o próprio Lúcifer, no ombro de um velho cigano (Pabanó, 1915, p. 35).

Na Alemanha foram contabilizados, entre os anos de 1497 e 1774, cerca de 150 decretos anticiganos. A repetição dos decretos sinalizava o fracasso das leis devido a pouca fiscalização sendo que, no final do século XVII, as atitudes alemãs em relação aos ciganos foram mais rígidas e conseqüentemente incorporadas por outras regiões e as leis europeias eram difundidas e frequentemente copiadas de Estado para Estado e dependendo do período havia uma maior ou menor fiscalização, principalmente pelo fato dos ciganos estarem associados a viajantes e comerciantes, e de estarem em constante movimento.

A questão cigana também foi marcada pela escravidão. Na atual Romênia que era conhecida como Valáquia e Moldávia, os ciganos permaneceram mais de quinhentos anos no regime escravocrata pertencentes em sua maioria ao Estado ou mosteiros. Mesmo em períodos de guerras continuaram sendo propriedades de príncipes romenos, de monastérios e latifundiários, sendo abolida somente na metade do século XIX. Hancock (1987) descreve que quando não eram escravizados eram submetidos a prisão, com rígidos castigos físicos e trabalhos forçados, principalmente para os homens, destacando-se nos países ibéricos a condenação as galés, para serem remadores nestas antigas embarcações de guerra movidas a remo. A emancipação dos ciganos escravizados na Romênia foi o resultado de várias leis, contudo o comércio com os escravos ciganos continuou até 1845.

Além disso, outro processo traumático ocorrido na Europa foi o período de guerra. Entre os ciganos não há uma nomenclatura consensual para expressar ou definir a experiência de extermínio em massa que ocorreu durante o regime nazista. Ian Hancock (2018) utiliza recentemente a expressão *Baro Porrajmos* que em Romani significa grande consumação. Em suas pesquisas iniciais, o mesmo autor, utilizava o termo *Porrajmo*, no entanto, em romani a palavra possui sinônimos que remetem a estupro ou violação, uma palavra inadequada e ofensiva entre os ciganos. Sobre os motivos que levaram os ciganos a serem alvos do regime nazista, Douglas Neander Sambati no artigo, *o holocausto cigano durante a segunda guerra mundial*, publicado no ano de 2018, destaca que existem duas linhas de análises sendo que a primeira pode ser atribuída pelo fato de serem considerados um grupo étnico impuro semelhante ao caso dos judeus e a segunda por serem problema social sendo uma raça ariana “contaminada” ao apresentarem um comportamento criminoso, nômade e antissocial (Sambati, 2018).

Marcos Toyansk Silva Guimarães no artigo, *o extermínio de ciganos durante o regime nazista*, publicado no ano de 2016, relata que ao longo do tempo e espaço os ciganos e os judeus na Europa eram discriminados, no imaginário social e científico, sendo fortalecido na criação de documentos e leis. Na Alemanha essas leis já estavam presentes independente da forma de governo, no entanto, o nazismo impulsionou os preconceitos já existentes tendo como base, além do imaginário popular, as teorias científicas (eugenia e racismo científico). Os ciganos eram uma ameaça aos nazistas visto que eram perigosos para a manutenção da sonhada “pureza” ariana, estando associados geneticamente a criminalidade. Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que a luta para o reconhecimento de políticas afirmativas e direitos sociais para povo cigano ganharam força. Desse modo, nas décadas posteriores, os estudos sobre os ciganos avançaram na Europa. Em meados dos anos 80 os grupos ciganos cada vez mais organizados, reivindicaram melhores condições através de políticas públicas sociais (Guimarães, 2016).

Percorrer entre caminhos ciganos é uma missão árdua pois, as histórias e estórias são construídas e repassadas sob olhares do senso comum ou até mesmo no meio acadêmico, muitas vezes, em tons pejorativos. Ao longo do tempo, fortaleceu a falsa sensação de superioridade que só reforça os discursos autoritários de dominação cultural, no qual a imagem do cigano é o espelho em negativo da sociedade ocidental, sedentária e moderna (Rezende, 2000). Desse modo, a história do povo cigano em terras brasileiras, desde o início do processo de colonização, recebeu influências de uma visão eurocêntrica herança dos colonizadores portugueses como veremos nas páginas seguintes.

### **O olhar não cigano de Antônio Bezerra de Menezes**

Na literatura brasileira o primeiro autor que escreveu a respeito da etnia cigana foi Moraes Filho, no ano de 1886, com a obra *Os Ciganos no Brasil: contribuição ethnographica*. Em sua publicação, o autor, aponta algumas definições do vocábulo cigano em dicionários de origem europeia.

Ciganos: Raça de gente vagabunda. O nome ciganos vem do italiano Zingan: uma geração oriunda do Egypto, que, depois que este país foi conquistado pelo sultão Selim em 1517, apareceu na Alemanha e se espalhou depois por toda a Europa (Moraes Filho, 1886, p.18).

Teixeira (1999) descreve que apesar das limitações teóricas, a obra de Moraes Filho, foi a primeira tentativa de pesquisar sobre a chegada dos ciganos no Brasil, anos

depois, precisamente em 1936, é que se evidencia uma pesquisa mais elaborada e com maior rigor científico, com a obra, *Os ciganos no Brasil* de José Baptista d'Oliveira China. Trabalho fundamentado numa reduzida bibliografia e num razoável volume de fontes primárias coletadas em várias partes do Brasil.

Nesse sentido, os relatos iniciais sobre os ciganos em território brasileiro desde a invasão portuguesa as terras do novo mundo são limitadas, principalmente, entre os séculos XVI e XVII, sendo destinada às políticas anticiganas portuguesas. Nos anos seguintes, após a chegada da família Real ao Brasil, são perceptíveis alguns registros. Rodrigo Corrêa Teixeira (1999) na obra *a História dos Ciganos no Brasil*, relata que as províncias do Maranhão, Pernambuco e Ceará eram locais nos quais os ciganos eram recebidos de imediato. Depois foi ordenado aos Governadores para não deixarem os ciganos na província de Pernambuco que seriam destinados as colônias africanas e que não podiam voltar a Portugal proibindo o uso da linguagem cigana e seus costumes no local inseridos.

Teixeira (2009) alega que apesar das ordens portuguesas, muitos ciganos permaneceram em Pernambuco, entre eles alguns que solicitaram licença de permanência, ou permissão de mudar-se para outras províncias. No mesmo período foram enviadas várias famílias compostas por ciganos oriundos de Portugal. Desse modo, Dom João V ordenou ao vice-rei, de forma semelhante ao que já havia feito ao governador de Pernambuco, o seguinte:

Eu, Dom João, pela Graça de Deus etc., faço saber a V. Mercê que me aprouve banir para essa cidade vários ciganos - homens, mulheres e crianças - devido ao seu escandaloso procedimento neste reino. Tiveram ordem de seguir em diversos navios destinados a esse porto, e, tendo eu proibido, por lei recente, o uso de sua língua habitual, ordeno a V. Mercê que cumpra essa lei sob ameaça de penalidades, não permitindo que ensinem dita língua a seus filhos, de maneira que daqui por diante o seu uso desapareça (Teixeira, 2009, p.20).

O mesmo autor sugere que nunca existiu, desde os tempos colônias, estímulo para realização da inclusão dos ciganos na sociedade brasileira, em aspectos sociais, culturais, políticos ou históricos. A afirmação de Teixeira (1999) ganha fundamento com a publicação da coletânea de artigos referente às pesquisas sobre os ciganos, no ano de 2020, realizada pelo Ministério Público Federal que declara que embora o Brasil colete dados periodicamente sobre sua população, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nunca incluiu os ciganos como um grupo que merecesse identificação específica.

O censo brasileiro mantém os ciganos incontáveis e não identificados portanto, embora exista uma presença verificável de grupos e comunidades ciganas espalhados por quase (ou) todos os estados do país, não há dados oficiais sobre quantos são, onde vivem, como vivem e o que fazem como meio de vida e de subsistência (Ministério Público Federal, 2020, p. 9).

Na área da historiografia, observamos um avanço, nas últimas décadas de pesquisas e publicações de estudos referente a temática em questão, apesar disso, ainda sabe-se pouco sobre os povos ciganos, Rodrigo Correia Teixeira na obra: *Ciganos no Brasil: uma breve história* publicado no ano de 2009 descreve que uma das razões da imensa lacuna na história dos ciganos no Brasil é devido à dificuldade em encontrar documentos e realizar análises, uma vez que os registros encontrados são geralmente de ordem policial e criminal. Atualmente os dados demográficos ainda são desconhecidos e os dados históricos escassos.

Os dados históricos até hoje disponíveis sobre ciganos no Brasil são comprovadamente poucos, porque os historiadores brasileiros nunca deram a mínima importância à História Cigana. O pior, no entanto, é que, quando existem informações históricas, se trata de dados enviesados, distorcidos pela visão etnocêntrica dos informantes e dos próprios historiadores. Os ciganos costumam ser apresentados como ladrões (de galinhas a cavalos, e inclusive de criancinhas) e assassinos, mas não são apresentadas provas concretas destes supostos crimes (Teixeira, 2009, p.12).

Dessa forma no ano 1906 surgem as indagações de Antônio Bezerra de Menezes com a obra intitulada *O Ceará e os cearenses*, descrevendo a presença dos ciganos e sua contribuição para a formação da população cearense. Entre as contribuições do poeta, cronista, jornalista e historiador, estão eternizadas algumas obras com registros de documentos oficiais importantes que são utilizados até hoje em pesquisas sobre a história do Ceará colonial (Studart, 1910; Azevedo, 1996).

Antônio Bezerra de Menezes nasceu em Quixeramobim no Estado do Ceará foi poeta, cronista, jornalista, historiador um dos fundadores do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras e do Centro Literário, e membro da Padaria Espiritual (Azevedo, 1996; Souza, 1994; Studart, 1910).

A contribuição para organização e conservação de documentos oficiais, é inegável, além dos primeiros questionamentos referentes ao povo brasileiro, no entanto, é notável as limitações dos seus estudos enraizado de fortes conotações positivistas e etnocêntricas da época. No caso referente ao recorte da temática cigana segue todos os

estereótipos ocidental do período, ainda que exista a inclusão do cigano, ela surge para tentar explicar o espírito aventureiro do cearense andante, uma vez que não aprofunda as discussões mais complexas, entre as objetividades e subjetividades da questão da problemática dos deslocamentos, sendo apresentados de forma superficial (Souza, 1994).

Importa destacar que a inclusão dos ciganos na formação étnica dos cearenses ocorreu porque Bezerra, na verdade, buscava explicar as causas da constante emigração de cearenses, embora as suas hipóteses não considerassem a concentração de terras produtivas e das reservas de água ou a desestruturação. No Ceará não tem disso não? da agricultura de subsistência pela agricultura comercial, especialmente do algodão, como eventos que fragilizaram a vida do roceiro cearense, estando, portanto, na base de qualquer análise mais complexa sobre as diversas razões da migração de cearenses (Barboza e Mariz, 2021, p.124).

Outra questão problemática remete ao fato de o autor sugerir a naturalização do espírito de liberdade como pertencente ao povo cigano olhando-os de modo excêntrico, romântico e aventureiro. Ressaltando que a questão da liberdade foi bastante difundida na Europa, tanto no meio acadêmico, literário e no imaginário popular. Entre os autores citados na obra todos fazem parte de uma linha de pensamento romancista do imaginário cigano associado a figura do exótico, viajante e aventureiro, contribuindo para o fortalecimento do pensamento unilateral da época que colocava o deslocamento do povo ora como exótico ora como pecaminoso.

O tzigano tem horror a imobilidade e a tudo que o prende a um lugar circunscrito; elle tem alheia de vaguear, de percorrer o mundo inteiro...Livre como o pássaro, viaja quanto o vento o Tzigano vai para onde leva o seu humor a discrição de sua vontade ou fantasia... como o beduíno de quem é irmão da vagabundagem e na poesia o Tzigano não se prende a terra. Elle vai pelos bosques, ou pelo pasto, ao ar livre, ao sol, por onde levam o vento e o amor da liberdade (Menezes, 1906, p. 38).

Diferentemente dos autores europeus, para descrever os ciganos cearenses Menezes pouco relata os estigmas negativos, como o uso dos adjetivos ladrões ou preguiçosos, pelo contrário destaca a honestidade e coragem dos ciganos em solo cearense afirmando que “o homem do Ceará é um cigano, é o cigano genuíno que não leva vantagem em ciganice” (Menezes, 1906, p.37). É interessante observar a negação do uso do termo ciganice através do olhar do autor que remete, em tons eurocêntricos eternizados até hoje no senso comum, a esperteza ou a malandragem, nesse sentido ele romantiza e idealiza os ciganos atribuindo as seguintes características:

Há pontos de tão íntima relação, tão semelhantes entre os tziganos e os filhos do Ceará que admira ele se atira pelo mundo sem levar o mínimo

recurso e é assim que, todos os dias, abandona o Ceará uma plêiade de rapazes validos que sem dinheiro sem proteção sem meio algum se espalha por todos os Estados em busca de uma felicidade que mui poucos são os que a encontram. O cearense vai a toda parte e onde quer que se fixe a sua residência emprega esforços para se salientar nas letras nas artes, nas indústrias, no comercio, nos serviços mais pesados (Menezes, 1906, p. 58).

O otimismo do autor em atribuir as características positivas ao povo cigano contribui ativamente para a substituição do negro no “mito das três raças” no qual, Antônio Bezerra sugere como a formação social do cearense composta em sua maioria por portugueses, indígenas e ciganos.

Sem desprezar a inusitada hipótese da participação cigana como marcador da composição étnica cearense, a introdução de escravizados negros, no Ceará, durou muito mais tempo que uma ordem pontual de deportação e foi muito maior em quantidade, já que ocorreu desde as décadas iniciais do século XVIII até, pelo menos, a década de 1830. Ainda assim, os negros acabaram substituídos pelos ciganos na narrativa de Antônio Bezerra, o que constitui um malabarismo argumentativo (Barboza e Mariz, 2021, p.126).

Sobre a questão do negro, vale ressaltar que em meados do início do século XX, Schwarcz (1993), enfatiza a forte influência da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que inspirados em teorias eugenistas, positivistas e evolucionistas, afirmava que a população negra era um exemplo de grupo incivilizável instalada no estado mais baixo de civilização humana.

Ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação: “Não há dúvida que o Brasil teria tido”, diz Von Martius, “uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros (Schwarcz, 1993, p.83).

Portanto, na primeira metade do século XX o Brasil estava passando por um período de consolidação da identidade nacional entre os vários debates no meio acadêmico e intelectual enraizados de saberes eurocêntricos. Dentre os discursos a respeito da formação do povo brasileiro Schwarcz destaca:

Assim, com a chegada dos primeiros anos do século atual, uma nova forma de entender a história começa a preponderar. Escrever, a história nacional significava tomar parte de um debate sobre os problemas do momento e das incertezas do futuro, e se inteirar dos avanços científicos da época. Por outro lado, a partir do tema racial retomava-se certa forma de entender a história do Brasil proposta já nos primeiros anos do instituto por Von Martius. Ou seja, tratava-se de destacar a especificidade de um país marcado pela presença de três raças formadoras, com potenciais distintos. Às populações negras restava a

imagem da “falta absoluta” mesmo quando se discutia a produção religiosa ou cultural (Schwarcz, 1993, p.86).

Antônio Bezerra foi um homem do seu tempo, uma vez que compartilhou os ideais dos literários e cientistas da época. A relação entre literatura e ciência ocorria de modo racional, muitas vezes, por meio das teorias dominantes da época com conotações deterministas:

A literatura se aproximava e se subordinava à ciência, já que era regida pelas mesmas leis e princípios: “a lei que rege a literatura”, dizia Silvio Romero em *O naturalismo em literatura*, “é a mesma que dirige a história em geral: a evolução transformista ... Se ao poeta não cumpre fazer sciencia, deve ao menos apoderar-se dela para ter a nota de seu tempo ... O poeta deve da sciencia ter suas conclusões e os fins para não escrever tolices (Schwarcz, 1993, p.111).

Apesar das limitações o cearense foi o primeiro a demarcar a presença de ciganos no Ceará enfatizando as relações ciganas e não ciganas descrevendo distintas situações, como o caso do sargento mor João Quixabeira que foi casado com uma cigana chamada Anna, com quem teve vários filhos sendo ela respeitada pela comunidade. Outro caso foi a tentativa de união entre um cigano e uma não cigana, de família nobre de Sobral, que terminou de forma trágica com o assassinato do casal pelo pai da jovem que não aceitava o relacionamento da filha segundo Menezes (1906). O olhar de Antônio Bezerra que de forma romaneada com o imaginário da época sugere o mito do sangue cigano no cearense como benfeitor de liberdade, trabalho e valentia. Mas, a realidade era bem diferente visto que, em períodos anteriores o deslocamento dos ciganos, muitas vezes, não era motivado pelo espírito libertador e sim por perseguições conforme a seguir:

Visto que não se acharem mais na povoação da serra do Pereiro os ciganos que V. S. foi prender, e até parece-nos se acharem fora da província, pela precipitada fuga com que se ausentam, ordenamos a V.S. faça retrogradar a sua marcha e reunir-se ao corpo do seu comando. Deus guarde. Quartel general de Jaguaribe Mirim, em marcha, 18 de abril de 1823. José Pereira Filgueiras. Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. Sr. Sargento -mor João Nepomuceno de Castro Quixabeira (IHGB, 1885, p.89).

Desse modo, em um breve levantamento dos escassos dados entres jornais do século XX prevalecem notícias de ciganos associados a crimes, roubos ou trapanças, já as mulheres ciganas são interligadas a adivinhações e superstições. Dentre eles, podemos exemplificar o caso da matéria brasileira da revista semanal que trazia em sua temática central ciganos *made in* Ceará publicada no ano de 1953. Nas primeiras linhas a reportagem de Edmar Morél descreve o espírito aventureiro e astucioso de uma gente de estranho dialeto resumida a simples ladrões de cavalos, enfatizando a descrição das

imagens com a presença de três gerações de ciganos condenados a serem errantes. As mulheres são descritas como sujas e repletas de parasitas comparadas a ratos. Outra comparação é a diferença entre os ciganos europeus, luxuosos e trabalhadores, em contrapartida com os ciganos do Ceará, pobres e com vestimentas simples, que não fabricavam se quer uma panela.

Nem eles mesmo sabem de onde são é bem possível que o avô tenha desgarrado de uma trupe de saltimbancos e de povoado em povoado acabou numa cadeia como ladrão de cavalos. A avó, alguma cabocla ignorante, cheia de superstição terminou seus dias como esmoler. O fato é que falam um estranho dialeto com palavras árabes e varam os sertões do nordeste em todas as direções (Morél, 1953, p.35).

A reportagem em questão foge da visão romântica de Antônio Bezerra e carrega consigo generalizações a respeito dos ciganos situados no Estado cearense, enfatizando o lado negativo e os retratando com um olhar de impureza, miséria e vadiagem. Uma realidade cruel de preconceitos que, muitas vezes, está associado ao imaginário do que é ser cigano.

Em suma, no estudo de Antônio Bezerra predomina o olhar homogêneo positivo, estereotipado e romanceado do povo cigano cearense, centralizado na pseudoliberalidade do modo de vida cigana encontradas em romances europeus. Posteriormente vários jornais, periódicos e noticiários atribuem aos ciganos cearenses adjetivados como ladrões e errantes, interligados a miséria e sujeira. Os olhares dos outros, positivos ou negativos, contribuíram para difundir no imaginário a ambiguidade unilateral dos povos ciganos que são idealizados, ora de forma exótica e aventureira, ora de maneira criminosa e errantes. Os povos ciganos são plurais, é preciso ouvir as vozes do povo que durante muito tempo não foram ouvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações teóricas Antônio Bezerra Menezes foi um dos primeiros a relatar a contribuição dos ciganos para a formação do povo brasileiro que até hoje não são reconhecidos como um grupo específico pelo IBGE. Entre os esforços a fim de evitar estereótipos e generalizações, as ciências humanas passaram a valorizar o olhar pluralizado andando entre objetividades e subjetividades. Dessa maneira, é preciso ter cuidado com o olhar etnocêntrico, unilateral e limitador.

Antônio Bezerra defendeu a presença do sangue cigano que legitimava a liberdade cearense. Para Morél, o mesmo sangue passava a ser impuro e determinava a miséria e

pobreza do sertanejo. Estas teorias foram diluídas e atualmente o sangue, no sentido de determinante social, é pouco relevante. Agora o momento é de luta pelo reconhecimento de cidadania e de direitos, sendo inegável a contribuição dos povos ciganos, africanos e indígenas, todos na mesma linha de protagonismo com seus múltiplos saberes e tradições, para formação da sociedade brasileira.

Entre tantas batalhas é no Estado do Ceará onde apresenta uma forte organização social do povo cigano através do Instituto de Cultura, Desenvolvimento Social e Territorial do Povo Cigano do Brasil (ICB), uma organização de direito privado, beneficente, sem fins econômicos, fundado em 19 de setembro de 2018, que tem como missão, garantir a voz, atender e defender os direitos dos povos ciganos cearenses e não cearenses.

## REFERÊNCIA

AZEVEDO, S. de. **A padaria espiritual e o simbolismo no Ceará**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1996.

BARBOZA, E. H. L.; MARIZ, S. F. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, p. 111–134, ago. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Coletânea de artigos: povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. Brasília, 2020.

CHINA, J. B. O. **Os Ciganos do Brasil: subsídios históricos, ethnográficos e lingüísticos**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 1936.

CRESSY, D. **Gypsies: An English History**. Hardcover, 2018. Development and Challenges, 2019. Prague: Faculty of Humanities at Charles University.

GUIMARAIS, M. T. S. O extermínio de ciganos durante o regime nazista. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 28, n. 53, 2016.

HANCOCK, I. **The Pariah Syndrome**, Publisher, 1987.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2012.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1851-. Cont. de: Revista trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, 1885.

- MENEZES, A. B.de. **O Ceará e o cearense**. Edição FAC-SIMILAR- Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara.2001.
- MOONEN, F. **Anticiganismo**: os ciganos na Europa e no Brasil. 3ª ed. Recife. 2013.
- MOONEN, F. **Atrás do muro invisível**: crenças, tradições e ativismo cigano. 1ª ed. São Paulo. Editora Bandeirantes. 2011.
- MOONEN, F. **Rom, Sinti e Calon**: assim são chamados os ciganos. Núcleo de Estudos Ciganos. Recife, 1999.
- MORAES FILHO, M. **Os Ciganos no Brazil**: contribuição ethnographica. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1886.
- MORÉL, E. A mil Kms. Nos céus do Brasil. Ciganos made in Ceará. 1880 milhas a remo. **Revista Semanal**. São Paulo, 23 de mai. de 1953.
- PABANÓ, F. M. **Historia y costumbres de los Gitanos**. Barcelona: Montaner y Simon, 1915.
- PEREIRA, C. **Os ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro, Racco Digital, 2012.
- REZENDE, D. F. **Transnacionalismo e Etnicidade** – A construção simbólica do Romanesthàn (nação cigana). 2000. 192 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- SAMBATI, D. N. O Holocausto cigano durante a Segunda Guerra Mundial (artigo). **In: Café História** – história feita com cliques, 2018.
- SANTOS, L. M. S. **O templo Devlesa Avilan**: representações ciganas em Teresina (2015 -2020). 2021. 114 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí, Centro de Educação Aberta e a Distância- CEAD- Castelo do Piauí.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.
- SOUZA, S. de (ORG.) **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.
- STUDART, G. **Dicionário biobibliográfico cearense**. v.1. Fortaleza: Typo-lithographia a vapor, 1910.
- TEIXEIRA, R. C. **História dos Ciganos no Brasil**: uma breve história. Recife: Núcleo de Estudos ciganos, 1999.
- TEIXEIRA, R. C. **Ciganos no Brasil**: uma breve história. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **A Inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.